

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



PLATAFORMAS DA ESCRAVIZAÇÃO: a realidade do *delivery* em Niterói/RJ

Marcela Soares, Caroline Carvalho, Carolina Boechat,
Rannielly Santos e Bruno Ferreira¹

RESUMO

Nosso texto tem como objetivo discutir a plataformização do trabalho, especificamente sobre a realidade dos entregadores do setor de *delivery* na cidade de Niterói/RJ. Por meio de revisão bibliográfica apresentamos brevemente alguns aspectos da formação do assalariamento brasileiro e das mudanças contemporâneas nas relações de produção e trabalho. Os dados da realidade niteroiense, coletados por meio de entrevistas, trazem especificidades aos entregadores de Niterói, mas coadunam na maioria dos aspectos com o perfil nacional. Identificamos a racialização da força de trabalho brasileira nos ramos mais precarizados, assim como elementos nítidos da superexploração e muito próximos de algumas das tipificações da condição análoga a de escravidão, de acordo com o Código Penal Brasileiro, vivenciados por estes trabalhadores. A precariedade estrutural que atinge distintamente a força de trabalho brasileira tem sido agravada pela precarização desde os anos 1990 com impactos profundos da plataformização, no recente período histórico.

Palavras-chave: Plataformização. Escravização contemporânea. Superexploração. Entregadores.

ABSTRACT

Our text aims to discuss the platformization of work, specifically about the reality of couriers in the delivery sector in the city of Niterói/RJ. Through a bibliographic review, we briefly present some aspects of the formation of the Brazilian wage earner and contemporary changes in production and work relations. Data from Niterói's reality, collected through interviews, bring specificities to Niterói couriers, but are consistent in most aspects with the national profile. We identified the racialization of the Brazilian workforce in the most precarious branches, as well as clear elements of superexploitation and very close to some of the typifications of the condition analogous to slavery, according to the Brazilian Penal Code, experienced by these workers. The structural precariousness that distinctly affects the Brazilian workforce has been aggravated by precariousness since the 1990s, with profound impacts from platformization, in the recent historical period.

Keywords: Platformization. Contemporary slavery. superexploitation. Couriers.

¹ Professora da Escola de Serviço Social da UFF; Doutorado em Serviço Social/UFRJ; marcelasoaress@gmail.com; graduanda em Serviço Social pela UFF, carvalhocaroline@id.uff.br; graduanda em Serviço Social pela UFF, ca_boechat@id.uff.br; graduanda em Serviço Social pela UFF, ranniellysilva@id.uff.br; graduando em História pela UFF, brunooaf@id.uff.br.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Nosso texto tem como objetivo apresentar a discussão sobre a plataformização do trabalho, especificamente sobre a realidade dos entregadores do setor de *delivery* na cidade de Niterói/RJ. Por meio de revisão bibliográfica apresentamos alguns aspectos da formação do assalariamento brasileiro e das mudanças contemporâneas no Brasil, desde os anos 1990, nas relações de produção e trabalho.

Os dados da realidade niteroiense, coletados por meio de entrevistas, trazem especificidades aos entregadores de Niterói, mas coadunam na maioria dos aspectos com o perfil nacional. Identificamos a racialização da força de trabalho neste setor, assim como elementos nítidos da superexploração da força de trabalho e outros muito próximos de algumas das tipificações da condição análoga a de escravidão, como as condições degradantes e a jornada exaustiva, de acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro. A precariedade estrutural que atinge, de forma diversa, a força de trabalho brasileira tem sido agravada pela precarização, desde a implementação da política macroeconômica neoliberal, com impactos profundos decorrentes da plataformização do trabalho, no recente período histórico do capitalismo contemporâneo.

2 PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

As tecnologias, como afirma Rafael Grohmann (2020), são práticas sócio-materiais que comunicam maneiras de existência a partir dos valores contidos em suas arquiteturas, e estão inseridas tanto nas relações cotidianas, quanto no modo de produção capitalista. Portanto, em concordância com a teoria marxista, só existe valor nas tecnologias como mercadorias devido a sua objetivação do trabalho humano abstrato em sua produção.

Nos Grundrisse, Marx já concebia "maquinaria" como equipamento tecnológico do processo de produção do capital, com ênfase no protagonismo do trabalho humano. David Harvey explica que a noção marxiana de tecnologia envolve não só máquinas e hardwares, mas "formas de organização [...] e o software de sistemas de controle, estudos de tempo e movimento". Ou seja, as tecnologias atuam como organizadoras tanto na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



produção quanto de sua circulação, incluindo os sentidos, comunicando, pois, maneiras de viver em sociedade (GROHMANN, 2020, p.126).

A plataformização do trabalho consiste em um processo mais heterogêneo e complexo do que a nomenclatura "uberização", lida por Ricardo Antunes (2020) como um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas, assumindo a aparência de prestação de serviços e dissolvendo assim, as relações de assalariamento e de exploração do trabalho. Portanto, a plataformização do trabalho se encontra emaranhada nas imbricações entre financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal.

Para tanto, Grohmann (2020) discute as plataformas digitais como meios de produção e comunicação – funcionando tanto para trabalhar, quanto para interagir – que são alimentadas por dados automatizados e organizadas por meios de algoritmos. Além disso, são formalizadas por relações de propriedade, dirigidas por modelos de negócios e governadas por meios de termos de acordo dos/as usuários/as. Dentre os mecanismos das plataformas estão inseridos a datatificação, a seleção, e a personalização dos conteúdos, que são permeados por vigilância e controle.

Assim sendo, as plataformas são, por um lado, a materialização da acumulação e extração de valor com base nos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas. Por outro, significam sua versão mais visível, infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas e em inúmeros setores da sociedade.

A comunicação se revela como papel central enquanto organizadora e mobilizadora do trabalho digital, seja através de algoritmos, seja para a organização coletiva dos/as trabalhadores/as. Sendo a ideologia mobilizadora de um novo tipo de força de trabalho que corresponde à etapa presente de produção das mercadorias por comando global. As atividades de trabalho digital dependem, em parte, da combinação entre meios de transporte e de comunicação, ou seja, das plataformas (GROHMANN, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As plataformas atuam como processos de produção em meio à circulação do capital e, como meio de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo (GROHMANN, 2020, p.128).

Com isso, aplicativos como Uber, Ifood e Rappi – sendo os dois últimos, exemplos tratados em nossa pesquisa – funcionam a partir de plataformas digitais, tecnologias de informação e comunicação, onde extraem valor e reputação para as marcas, por meio de todo um circuito de meios de transporte com trabalhadores/as atravessando as cidades, entregando mercadorias e transportando pessoas – como no caso da Uber –, com base na gestão de algoritmos do trabalho. Ou seja, estas plataformas não atuam sozinhas, dependem de algoritmos e dados ligados à financeirização e à realidade neoliberal (Ibid.).

O trabalho digital obedece tanto à lógicas algorítmicas quanto à formas de acumulação de riqueza, sendo inerente à racionalidade que sustenta politicamente o capitalismo. Os algoritmos são componentes basilares de novos mecanismos de gerenciamento e controle do trabalho, porém não podem ser explicados apenas em volta de si mesmos sem antes considerar a imbricação financeirização-dataficação em meio à uma racionalidade neoliberal “empreendedora”.

Assim sendo, Grohmann (2020) define a plataformização do trabalho como processo que envolve a dependência que trabalhadores/as e consumidores/as passam a ter das plataformas digitais, dentre as mudanças que intensificam a flexibilização/precarização de relações e contratos de trabalho, bem como ao imperativo de uma racionalidade “empreendedora”. Destacando o trabalho digital como tarefas realizadas por pessoas que produzem valor para as plataformas por meio de contratos de adesão.

Sob o guarda-chuva do trabalho digital, há muitos gradientes de atividades de trabalho, desde trabalho escravo, extraindo minérios para produzir celulares na China, até o trabalho feito por *freelancers* ou assalariados de alto escalão nas *big tech* do Vale Silício, passando por aquele feito por entregadores de delivery, treinadores de dados para a inteligência artificial e atividades de usuários em dispositivos de internet das coisas. São múltiplas situações, condições e exploração do trabalho (GROHMANN, 2020, p. 133).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O trabalho permeado pelas plataformas não ocorre em um plano abstrato, e sim com base em diferentes formas de apropriação de valor, que dependem tanto das características das plataformas de trabalho quanto da diversidade das classes trabalhadoras relacionadas à gênero/sexo, etnia-raça, território e idade. Portanto, a circulação e a extração de valor por meio destas plataformas se dão de formas diferentes e desiguais em países e regiões, permeado pela luta de classes e pela financeirização-dataficação global.

Existem diferentes tipos de plataformas de trabalho, assim separadas por Grohmann (2020) como: a) plataformas que exigem do/a trabalhador/a uma localização específica (como por exemplo Ifood, Rappi e Uber); b) plataformas de microtrabalho (como a Amazon); c) plataformas *freelances*, ou macrotrabalho. Cada um desses tipos mostra diferentes relações com o trabalho digital, com distintas condições de trabalho, perfis de trabalhadores/as – a partir de marcadores sociais –, processos produtivos, apropriação de valor, gestão de algoritmos e formas de controle do/a trabalhador/a. Sendo assim, é possível constatar que as dinâmicas de plataformação do trabalho envolvem trabalho precário, redução da autonomia do/a trabalhador/a e flexibilidade somente para o/a empregador/a, passando a falsa sensação de autonomia para as classes trabalhadoras.

2.1 Precariedade estrutural e precarização contemporânea

O capitalismo contemporâneo, assim como destaca Antunes (2018), tem apresentado intensas alterações na composição das classes trabalhadoras em escala global. Concomitantemente, o proletariado industrial se reduz em várias partes do mundo – principalmente nos países hegemônicos –, em decorrência da nova divisão internacional do trabalho, desde a década de 1970, com a crise estrutural do capital e as transformações posteriores, enquanto um movimento contra-arrestante, que trouxe a política macroeconômica neoliberal, a “financeirização” do capital e uma reestruturação permanente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As mudanças que ocorreram no capitalismo recentemente no Brasil, principalmente iniciadas na década de 1990, foram profundas sobretudo nas relações de trabalho. Sendo assim, o Brasil se estruturava em um esquema produtivo bifronte, de um lado, voltado para a produção de bens de consumo, como automóveis e eletrodomésticos; do outro, devido a sua condição de dependência em relação aos países hegemônicos imperialistas, desenvolvia a produção direcionada à exportação.

A dinâmica do padrão de acumulação capitalista na economia dependente brasileira baseia-se na constância de um processo de superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011), caracterizado por baixos salários, intensificação do ritmo de produção, jornadas prolongadas, combinando assim uma extração tanto do mais-valor absoluto quanto do relativo e expropriação de parte do equivalente ao trabalho necessário. Este padrão gerou altas taxas de acumulação, estas que foram observadas durante o “milagre econômico” no período entre 1968-1973, durante a ditadura empresarial-militar que perdurou entre 1964 e 1985. Pode-se dizer então que, o Brasil vivia sob o binômio ditadura e acumulação, um processo de arrocho e expansão, tendo seus pilares básicos no tripé: setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional (ANTUNES, 2018).

Entretanto, foi a partir dos anos 1990, com a implementação da política macroeconômica neoliberal, que o Brasil intensificou seu processo de reestruturação produtiva do capital, levando assim as empresas a assumirem novos padrões organizacionais e tecnológicos, inspirados no Toyotismo, como novas formas de organização social do trabalho, que resultaram em formas flexíveis de acumulação. Em outros termos, a implantação de programas de “qualidade total”, com a possibilidade da expansão intensificada da reestruturação produtiva no país, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da condição de trabalho e vida das classes trabalhadoras. A flexibilização do trabalho no Brasil tem significado a viabilidade das empresas burlarem a legislação social do trabalho (Ibid.).

Assim, em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado. (ANTUNES, 2018, p. 136)

O processo de reestruturação produtiva durante os anos 1980 foi limitado e localizado em alguns setores, esta operação se intensificou sobretudo a partir da década de 1990. Primordialmente no governo Collor (PRN) e, em seguida, com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso/FHC (PSDB), período em que a política macroeconômica neoliberal se desenvolveu com rapidez. Sendo assim, áreas que antes tinham forte presença estatal, passaram para o capital privado, afetando diretamente a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário, dentre outros.

Este processo desorganizou o tripé que sustentava a economia brasileira, reduzindo de forma significativa o setor produtivo estatal, alterando a estrutura e a composição das classes dominantes. Entretanto, a combinação entre neoliberalismo, “financeirização” da economia e reestruturação produtiva provocou também intensas metamorfoses nas classes trabalhadoras e na sua morfologia. Uma vez que, uma nova fase do capitalismo no Brasil era desencadeada pelo aumento das terceirizações e da informalidade (Ibid.).

A articulação resultante dessas mutações nos padrões produtivos e tecnológicos, incentivadas pela intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho, constituiu-se no leitmotiv do capitalismo da era neoliberal no Brasil. As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, as distintas formas de flexibilização e informalização da força de trabalho (contratos empregatícios que ficavam à margem da legislação social trabalhista), combinadas com um relativo avanço tecnológico, tornaram-se um traço distintivo do capitalismo brasileiro recente (ANTUNES, 2018, p. 137).

Com isto, pode-se afirmar, que deste processo contraditório, se teve como resultado mais expressivo a expansão do “novo proletariado de serviços”, que se desenvolveu em consequência da intensa onda de privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos. Ricardo Antunes (2018) destaca que se ao longo da década de 1980 o número de terceirizados e subcontratados era pequeno, nas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



décadas seguintes ele aumentou de forma significativa, ampliando consigo o processo de precarização da força de trabalho no Brasil.

Portanto, foi na década de 1990, que iniciaram as mutações da regulamentação do tempo de trabalho, vistas na liberação progressiva do trabalho aos domingos, na incorporação do banco de horas, no prolongamento da jornada de trabalho para até 12 horas para determinados segmentos, e em acordos para diminuir o tempo intrajornada, como na diminuição do intervalo para o almoço. Nessa direção, antes da contrarreforma trabalhista de 2017, com as Leis 13.429/17 e a 13.467/17, ocorria uma desconstrução de direitos nunca acessados antes por grande parte das classes trabalhadoras, com o intuito de garantir mais flexibilidade às corporações na gestão do tempo de trabalho de acordo com a particularidade de cada ramo ou setor econômico (KREIN; ABÍLIO; BORSARI, 2021).

Nesse caminho, o aparato político-ideológico neoliberal, - articulado a própria condição da grande massa precária, que histórica e majoritariamente não tinha perspectivas de acessar os direitos trabalhistas -, garantiu a mudança dos processos produtivos, do mesmo modo das relações laborais, com o aprofundamento da informalidade, da precariedade e da terceirização, reduzindo as formas de contratação da força de trabalho com garantia de direitos trabalhistas e ampliando os contratos temporários e/ou intermitentes.

2.1.1 Plataformas da escravização: a realidade brasileira

A discussão acima aponta um longo período de retrocessos nos direitos das classes trabalhadoras brasileiras, mas damos ênfase que a grande maioria sempre esteve em condições laborais precárias. Devido à formação do nosso mercado de trabalho, que demonstra a renovação permanente de formas híbridas ou transitórias de exploração da força de trabalho (SOARES, 2022), desde o período denominado por Clóvis Moura (2020) como “escravismo tardio” (1851-1888), que parece ter constituído uma “barragem social e étnica permanente” contra os/as ex-escravizados/as, que determina, ainda hoje, uma enorme desigualdade étnico-racial

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



existente em nosso país. Portanto, o resgate analítico do nosso histórico demonstra as particularidades no que se refere à racialização, à generificação e à regionalização da força de trabalho brasileira. Porque quando analisamos os níveis de precariedade do conjunto dos/as trabalhadores/as, “coincidentemente”, atingem, de forma predominante, as mulheres e a população negra” (GONZALEZ, 2020).

É sob este ângulo de análise, que destacamos a pesquisa, realizada pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), "Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos", ao apresentar que no Brasil existe 1,6 milhão de trabalhadores/as por aplicativo, divididos em entregadores/as de plataformas de *delivery* (386 mil) e motoristas de *app's* de caronas (1,27 milhão). Em relação aos/as entregadores/as, a idade média dessas pessoas é de 33 anos, 59% têm ensino médio completo, 68% são pretas ou pardas, 29% são brancas, 2% são amarelas, 1% é indígena, 97% são homens e 3% são mulheres (CEBRAP, 2022). De acordo com o IPEA, 20,9% fazem entrega de mercadorias em motocicletas e 14,4% são mototaxistas, as regiões Norte e Nordeste têm o maior número de mototaxistas no país (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2022).

A situação dos/as entregadores/as em âmbito nacional é de um quadro de precarização do trabalho no Brasil, é uma realidade preocupante que necessita de atenção. Esse modelo de trabalho, muitas vezes não proporciona condições adequadas para que essas pessoas realizem suas atividades de forma segura e saudável, pois esse modelo de flexibilização da jornada de trabalho para o patronato aumenta de forma intensa a demanda e intensidade para os/as trabalhadores/as de aplicativo causando uma precarização dessa jornada, que se torna exaustiva e degradante. Esse fenômeno tem sido denominado como “uberização do trabalho”, que explora ao máximo o tempo de trabalho, mas sem o pagamento do tempo “morto”.

Dentre as principais questões que envolvem a precarização dos/as trabalhadores/as de aplicativo de entrega no Brasil, podemos citar a falta de garantias trabalhistas, tais como FGTS, férias remuneradas, décimo-terceiro salário e seguro-

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desemprego. Além disso, muitos dessas pessoas não contam com equipamentos de segurança adequados, como capacetes, luvas, coletes e até mesmo bicicletas e motocicletas seguras. Tendo como consequência, um número elevado de acidentes, pois, em 2022, um em cada quatro entregadores já sofreram acidentes no Brasil (ARIADNE, 2023) e com um grau maior de fatalidades na população negra (CEBRAP, 2022).

Segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) no boletim “Saúde da População Negra: Mortalidade e Acidentes de Motocicletas por recorte racial”, constatou-se que a mortalidade entre motociclistas brancos permaneceu de 2016 a 2021 em 0.05 a cada cem mil habitantes, enquanto em motociclistas negros aumentou de 0.06 para 0.08. Outro aspecto da situação dos/as trabalhadores/as é a falta de apoio e proteção em caso de acidentes e doenças ocupacionais. Uma quantidade considerável desses/as trabalhadores/as de aplicativo de entrega sofre com problemas de saúde decorrentes da carga horária excessiva, do estresse e da falta de condições adequadas de trabalho, que prejudicam a sua saúde física e mental. Isso decorrente também dos diversos mecanismos de controle advindos da tecnologia, que disciplinam os/as trabalhadores/as através do controle algorítmico das plataformas digitais com o “ranqueamento” e “gamificação” deste tipo de trabalho, onde o usuário consumidor e a própria plataforma controlam o/a entregador/a por meio de mecanismos de avaliação individual e metas (CAMPOS; COELHO, 2023).

Nesse contexto, entregadores/as têm se organizado para exigir melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, além disso promovendo paralisações com manifestações em distintas cidades do país. Ademais, há uma pressão crescente a fim de que as empresas de entrega mudem suas práticas e ofereçam segurança e proteção para essas pessoas.

Alguns estados do Brasil, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, têm proposto leis para regulamentar a atividade dos/as entregadores/as de aplicativo e garantir seus direitos trabalhistas (OLIVEIRA; PEREIRA; VILAS BOAS, 2021). Aliás, a Justiça do Trabalho tem decidido em favor dos/as entregadores/as em algumas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ações, reconhecendo-os/as como funcionários/as e obrigando as empresas de entrega a fornecer benefícios e direitos trabalhistas. Entretanto, ainda há muito a ser feito para protegê-los/as e garantir condições de trabalho justas e dignas. É importante que os poderes governamentais, empresas de aplicativos e a sociedade em geral valorizem e respeitem o trabalho dessas pessoas, promovendo melhores condições de trabalho e proteção social para aqueles/as que se dedicam a esse setor.

2.1.2 Plataformas da escravização: a realidade de Niterói

Sobre as particularidades da cidade de Araribóia, sabemos que no ano de 2010, Niterói estava em 7º lugar de 92 posições no *ranking* de empregos informais em relação ao Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em relação ao Brasil, sua posição era 391º lugar de 5.565 posições (MPT-Smartlab, 2023).

No Brasil, apesar da taxa de desocupação ter sido reduzida no ano de 2023, está em 8.5%, temos ainda um número muito elevado de informalidade de 38,9% (PNADC, 3º trim.2023). Como afirmamos acima, isso representa um problema estrutural da nossa formação econômico-social que tem se agravado desde os anos 1990.

Os dados coletados por meio de entrevistas, em Niterói, trazem especificidades aos/às entregadores/as dessa cidade, mas que se assemelham a maioria dos aspectos com o perfil nacional. Identificamos a racialização desses trabalhadores, tal como a força de trabalho brasileira, que compõe os ramos mais precarizados do mercado de trabalho em nosso país. Assim como elementos nítidos da superexploração da força de trabalho, como a remuneração abaixo do valor histórico e moral e a violação do fundo de vida desses trabalhadores. Também podemos afirmar que a situação laboral cotidiana dos entregadores se aproxima da jornada exaustiva e das condições degradantes, que são duas das tipificações da condição análoga a de escravidão, de acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

As entrevistas foram realizadas em julho de 2022, com 25 trabalhadores, não conseguimos identificar nenhuma mulher para entrevistar. Das pessoas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



entrevistadas, 45,8% são naturais de Niterói, 29,2% de São Gonçalo/RJ, 8,3% do Rio de Janeiro/RJ, 8,3% de São Paulo/SP e 8,3% de Itaboraí/RJ. Dos niteroienses apenas um era branco, entre seis ciclistas e 5 motociclistas. Damos destaque a esse dado porque é muito acentuada a participação proporcional superior de pretos e pardos, nestas atividades, em uma cidade que conta com apenas 35% da população como autodeclarada preta ou parda, de acordo com o censo do ano de 2010 do IBGE. Portanto, os dados apresentam que 50% das pessoas entrevistadas são pretas, 37,5% pardas, 12,5% brancas. A maioria (68%) trabalha acima das 8 horas diárias, sendo 44% trabalham 12 horas, 12% possuem jornadas de 14 horas e 12% de 10 horas. Apenas 8% trabalham abaixo de 6 horas diárias e 24% têm jornada de 8 horas diárias. Dos entrevistados a maioria é ciclista (52%) e 44% são motociclistas. Muitos relataram problemas de saúde adquiridos após começarem a trabalhar por meio dos *app's*, como dores na coluna (12%), dores nas pernas (15,2%), ansiedade (15,2%), estresse (15,2%), insônia (3%) e cansaço extremo (3%). Dos 14 ciclistas entrevistados apenas 4 trabalham 8 horas diárias, o restante possui jornadas de 10 a 14 horas diárias. A remuneração também acompanha o valor atual do salário-mínimo de R\$300 por semana, apenas 8% recebem o equivalente a R\$800 por semana, sem contabilizar os custos com dados de internet, alimentação, deslocamento, gasolina e prestação da moto financiada, que possui uma média de 40% sobre o valor das remunerações.

Os dados revelam uma remuneração muito abaixo do valor histórico e moral das classes trabalhadoras brasileiras, se considerarmos o valor do salário-mínimo necessário auferido pelo Dieese para o período da entrevista, que equivalia a R\$6.388,55 (DIEESE, jul.2022). Além das jornadas prolongadas que comprometem o período de repouso interjornada, somada às péssimas condições de espera no “tempo morto” não remuneradas, - tendo em vista que recebem por demanda, ou seja, por peça entregue - sem acesso adequado à banheiro, água potável, local para espera, que comprometem a recuperação das energias físicas e psíquicas dessas pessoas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que a precariedade estrutural do mercado de trabalho brasileiro é impulsionada por uma precarização decorrente das mudanças nas relações de produção e circulação de valor, desde os anos 1990 na realidade brasileira. No entanto, adquire nível mais elevado, a partir da segunda década do século XXI, com a plataformização, nos marcos da chamada Indústria 4.0. Temos como elemento central a necessidade de evidenciar que apesar destas transformações serem globais, elas atingem diferenciadamente os países de acordo com a divisão internacional do trabalho, assim como de acordo com a divisão sociossexual e étnico-racial do trabalho. Evidenciam, portanto, como as classes trabalhadoras em sua regionalização, racialização e generificação são atingidas diversamente. Ainda que se constate um rebaixamento geral das remunerações e dos patamares da dignidade laboral.

Vimos que existe um conjunto de projetos de leis em curso, que majoritariamente visa criar uma figura intermediária entre celetistas e informais, que seria a regulamentação do “trabalho sob demanda” com acesso a direitos trabalhistas, mas que na vida prática desses/as trabalhadores/as seria difícil alcançar a dignidade laboral tanto em remuneração como em tempo de jornada laboral.

Nesse sentido, a relevância de analisarmos as recentes condições de trabalho, postas pela plataformização, e a expropriação dos direitos sociais significa a defesa de níveis de dignidade conquistados e a exigência da reversão da contrarreforma trabalhista. Porém, ao mesmo tempo, é imprescindível a apreensão de que, neste período histórico do capitalismo contemporâneo, o aumento progressivo da taxa de exploração com a expropriação de direitos e meios de vida - para dar concretude a capitais fictícios superproduzidos velozmente - tem indicado a falência civilizatória desta sociabilidade, a exemplo da imposição às classes trabalhadoras a níveis cada mais próximos às tipificações da escravidão contemporânea.

PROMOÇÃO



APOIO

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: Individuo y sociedad**, v. 18, n. 03, p. 1-11, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARIADNE, Queila. Um em cada quatro entregadores já sofreu acidente no país. **O Tempo**. 30 de maio de 2023 disponível em: <https://www.otempo.com.br/mobile/especiais/rotas-da-mobilidade/acidentes/um-em-cada-quatro-entregadores>- Acesso em 19 jun. 2023.

CAMPOS, Gisele; COELHO, Rony. Mortalidade e Acidentes de Motocicletas por recorte racial. **IEPS**. Rio de Janeiro, 2023 Disponível em: <https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2023/02/boletim-care-ieps-2-saude-populacao-negra-mortalidade-motocicleta.pdf> Acesso em 19 jun. 2023 .

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. **Mobilidade urbana e logística de o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos**. São Paulo. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf> Acesso em 19 jun. 2023.

GÓES, G; FIRMINO, A; MARTINS, F. **Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/05/painel-da-gig-economy> Acesso em 19 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher [1979]. In: RIOS, Márcia; LIMA, Flávia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ª ed., São Paulo: Zahar, 2020.

GROHMANN, Rafael. **Plataformização do trabalho**: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Revista Eptic .Vol. 22, Nº 1, Jan.- Abr. 2020.

KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila; BORSARIA, Pietro. A despadroneização do tempo de trabalho: múltiplos arranjos e sofisticação dos mecanismos de controle da jornada. In: KREIN, José Dari Krein et al.(orgs). **O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**: volume 1, São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



LARA, Lorena. Brasil tem 1,6 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativos. **Portal G1**. 13 de abril de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/04/13/brasil-tem-16-milhao-de-> Acesso em 19 Jun. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed., São Paulo: Fundação Maurício Grabois-Anita Garibaldi, 2020

MPT-Smartlab, Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros, **MPT**, 2023. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/3303302?dimensao=socialeconomico> Acesso em 15 jun. 2023.

OLIVEIRA, Murilo; PEREIRA, Victor; VILAS BOAS, Victória. Três projetos para regular as empresas-aplicativos, **Outras palavras**, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/tres-projetos-para-regular-as-empresas-aplicativo/> Acesso em 20 out. 2021.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2023. **Indicadores IBGE**, IBGE, Brasília, 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421> Acesso em 30 mai. 2023.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

